

JORNAL DO ENGENHEIRO

Agrônomo

ANO 47, Novembro/Dezembro de 2019, nº 309



Mala Direta
Básica
AEASP
912323020016.04094949

A importância dos adidos agrícolas para a agropecuária brasileira

Culturas
As potencialidades e
os obstáculos para a expansão do
cultivo do morango

Entrevista
Marly Teresinha Pereira, uma das
maiores especialistas em extensão
rural e agricultura familiar do país

Capa
A importância dos **06**
adidos agrícolas para a
agropecuária brasileira



FOTO: DIVULGAÇÃO

Notícias Agro	03
Artigo Volta para o futuro	04
Artigo Força-tarefa de herbicidas hormonais	05
Conselho em Pauta Crea-SP	10
AEASP em ação	11
Entrevista Marly Teresinha Pereira	12
Culturas Morango	14
Parabólica	18
Artigo Ciência que alimenta o Brasil	22
Artigo Sementes de conhecimento	23

Em um mundo globalizado, no qual o Brasil ocupa a posição de terceiro maior exportador mundial, a política agrícola nacional precisa estar à altura do status que o país conquistou. É nesse contexto que está inserido o adido agrícola, profissional ligado ao Mapa e que tem como missão representar os interesses da agropecuária brasileira em diversas partes do globo.

Em 2020, completam-se dez anos da criação do cargo, por isso nossa matéria de capa dedica-se a resgatar um pouco desse histórico e mostrar a relevância da função, normalmente ocupada por profissionais ligados às ciências agrárias, para as exportações do agronegócio. Esperamos que as vagas se ampliem porque temos muito trabalho pela frente, para continuar a expandir os negócios pelo mundo.

A indústria frigorífica vinha trabalhando com margens de lucro abaixo dos níveis históricos e chegou a dar férias coletivas para os funcionários nos últimos meses. Mas a demanda internacional pelas carnes brasileiras, puxada pela China no último mês, rendeu 755,8 milhões de dólares de faturamento para o Brasil e modificou o cenário no setor. Houve uma elevação de 45% em relação a novembro de 2018.

Entendemos que o momento pode ser encarado como oportunidade de o país mostrar sua capacidade de atender às necessidades dos players internacionais de proteína animal em quantidade e qualidade. Como consequência, a produção de soja e de milho também sofrerá impactos positivos. Além disso, o movimento cria empregos, gera tributos e aquece a economia interna.

A produção e o consumo de energia de fontes limpas são de extrema importância para a proteção do meio ambiente e manutenção da qualidade de vida das pessoas. A matriz de energia do Brasil é acima de 40% renovável e crescerá no futuro, por conta de suas condições climáticas e geográficas favoráveis. Devemos ampliar a oferta de energia hídrica, eólica e solar e de biomassa nos próximos anos.

Como profissionais da agronomia, estamos dispostos a promover e incentivar essa discussão, aprofundarmos o debate e a buscar alternativas que coloquem os brasileiros numa posição de referência também nesse segmento. Cabe a nós pensar em soluções que, no longo prazo, atenderão às demandas por energia limpa.

Portanto, temos razões para acreditar no futuro do país e nas contribuições da engenharia agrônoma no setor da agropecuária e na geração de energias limpas. É aumento de produtividade juntamente com a preservação do meio ambiente.

Aproveito para anunciar que, a partir de 2020, a AEASP intensificará sua comunicação com os associados por meio de seu novo site, além da realização de seminários e eventos de interesse dos engenheiros agrônomos.

Desejamos a todos boas festas e muitas realizações importantes no ano novo que se aproxima.

Boa leitura!



FOTO: DIVULGAÇÃO

João Sereno Lammel
é presidente da Associação de Engenheiros
Agrônomos do Estado de São Paulo (AEASP)

PACTO PELO FORTALECIMENTO

Foi lançada no dia 7 de novembro a Frente Parlamentar Mista de Assistência Técnica e Extensão Rural. O lançamento ocorreu durante audiência pública da Comissão de Agricultura, que contou com

a presença da ministra Tereza Cristina e representantes do setor, na Câmara dos Deputados. A Frente apresentou um pacto de fortalecimento que prevê um novo programa nacional para o setor, com

sete propostas para aumentar a assistência técnica e a extensão rural para dois milhões de pequenos agricultores até o ano 2023. A Frente é coordenada pelo deputado Zé Silva (Solidariedade-MG).

ENGENHEIROS AGRÔNOMOS DO BRASIL

O engenheiro agrônomo Carlos Pieta Filho lançou o livro *Engenheiros Agrônomos do Brasil – sua entidade nacional (1927-2017)*, que aborda as origens da Confederação dos Engenheiros Agrônomos do Brasil (Confaeab), entidade máxima representativa dos engenheiros agrônomos e, conforme ele afirma, legítima sucessora da Sociedade Brasileira de Agronomia, fundada em 11 de agosto de 1927 no Rio de Janeiro.



Agrônomos de Santa Catarina, aliado às subsequentes posições que conquistei e desempenhei em nível nacional e internacional, inclusive como conselheiro federal e regional, quando comecei a perceber a pouca atenção de outras profissões para com a de engenheiro agrônomo - claramente a partir de 1995 -, fatos muitos que me encorajaram a escrever este livro, de forma mais contundente a partir de 2007".

A obra trata de assuntos relevantes para a categoria e conta com depoimentos de muitos profissionais da agronomia. O autor conta como e quando surgiu a ideia de escrever o livro. "Desde 1992, quando assumi a presidência da Associação dos Engenheiros

Resultado de uma produção inteiramente pessoal, o livro custa R\$ 60,00 e pode ser adquirido diretamente com o autor por meio do e-mail cpieta1142@gmail.com ou pelos telefones (48) 3233-1692 e (48) 99843-9993 WhatsApp.

INSTITUTO BRASIL ORGÂNICO É CRIADO EM SÃO PAULO

O movimento ligado à agricultura orgânica brasileira lançou no dia 3 de outubro, no Parque da Água Branca, na zona oeste da cidade de São Paulo, o Instituto Brasil Orgânico (IBO), entidade representativa do setor que atuará em âmbito nacional. A missão do IBO é atuar na consolidação, fomento e sugestão de políticas públicas voltadas ao cultivo sustentável de alimentos. Durante o evento de lançamento, o instituto informou que as eleições para a presidência da entidade serão realizadas em julho de 2020.

NOVO CONSELHEIRO

Em eleição com 44 votantes, a AEASP escolheu, no dia 21 de novembro, seu novo conselheiro no Crea-SP, o engenheiro agrônomo Celso Panzani. Ele terá como suplente Diógenes Kassaoka.



DESPEDIDA

A AEASP presta sua homenagem aos colegas que nos deixaram e expressa suas condolências às famílias:

No dia 20 de maio, faleceu na cidade de Campinas (SP), aos 105 anos, o engenheiro agrônomo, engenheiro florestal e pesquisador científico, Mário Negrão Borgonovi, sócio da AEASP sob o número 0278. Formado em 1940 pela Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, foi pioneiro na introdução das técnicas de conservação do solo no Brasil e um dos idealizadores da Unicamp e dos projetos de reflorestamento da Companhia Vale do Rio Doce, dentre outras realizações.

No dia 30 de setembro, faleceu em São João da Boa Vista (SP), aos 68 anos, o engenheiro agrônomo Antônio Gonçalves Filho. Formado pela Faculdade de Agronomia Manoel Carlos Gonçalves, em Espírito Santo do Pinhal (SP), Antônio foi funcionário da Cati Campinas entre os anos de 1979 e 1993, quando se transferiu para a Cati Aguiá - DSMM, onde permaneceu até a sua aposentadoria, em 2016. Era sócio nº 05878 da AEASP.

Volta para o futuro

Por *Ondino Cleante Bataglia

Quando eu era menino lá na roça, em Itajobi (SP), nunca me sentia sozinho. Havia crianças de todos os tamanhos, cores, idades e todos conviviam nas comunidades rurais onde as fazendas de café tinham imensas colônias com as casas todas habitadas.

Faltavam casas, pois gente havia de sobra, procurando serviço e onde morar. É certo que essas habitações, com exceção das sedes às vezes suntuosas, eram rudimentares, e nem sempre dotadas de algum conforto. Mas não faltava calor humano, solidariedade, ajuda mútua nos momentos difíceis e muita festa. Lembro que meu pai e meus tios tinham uma banda e agenda lotada para tocar em bailes nos fins de semanas nas fazendas. A fila de espera chegava a três meses. A solução foi dividir a banda em dois grupos, cada um dotado de sanfona, clarinete e sax, para atender à demanda.

Isso acontecia na metade do século passado, quando a população rural brasileira era maior que 50% em relação ao total de habitantes. Pois bem, a que assistimos nesse período? Uma mudança drástica na distribuição da população, que no fim do século 20 já beirava os 20% e, atualmente, não ultrapassa os 13% de residentes nas zonas rurais. O êxodo rural no Brasil foi muito mais acentuado do que no resto do mundo. Nos últimos 50 anos, conforme dados da ONU, a população rural no mundo reduziu de 65% para 48%, enquanto no Brasil de 50% para 14%. Ásia e África ainda têm mais da metade da população vivendo no meio rural e a Europa, 14%.

Dentro do próprio país, tão extenso, conforme dados do IBGE, nas regiões Norte e Nordeste, 25% da população é rural. A região Sul tem um padrão europeu, enquanto as regiões Sudeste e Centro-Oeste menos de 10% da população é rural. Nos anos 1970 e 1980, houve um êxodo rural expressivo, esvaziando o campo de pessoas em decorrência de mudanças trabalhistas e nas atividades rurais desenvolvidas nas

fazendas muito mais mecanizadas, levando às cidades milhões de brasileiros totalmente despreparados para sobreviver no meio urbano, criando o que talvez seja o maior desafio para a gestão de áreas urbanas no século 21. Praticamente, não existem cidades sustentáveis no Brasil.

Mas o que tem população a ver com agronegócio? Tem tudo. Cultivar plantas, criar animais, cuidar do ambiente envolve pessoas dedicadas e amantes do trabalho que desempenham. Houve total substituição de agricultores por trabalhadores rurais. O foco de vida do trabalhador rural hoje residente na área urbana é completamente outro. O sol foi trocado pelo relógio ou celular para ver a hora de ir embora. Nada mais o vincula ao ambiente rural, onde as coisas acontecem dia e noite.

Quando se propaga que um em cada três empregos no Brasil está no agronegócio, pode-se imaginar a extensão da dificuldade dos produtores rurais no campo, onde cada dia mais se exige o cumprimento de normas e rastreamento de todo o sistema.

Voltando lá atrás no meu tempo de menino. Basta encher de novo o

campo de gente para resolver a questão da produção no campo? Certamente não existe essa volta ao passado, mas, sem dúvida, é preciso ter uma "volta ao futuro", onde a participação do trabalhador não seja apenas um vínculo trabalhista, mas, acima disso, um vínculo participativo. Dar ao trabalhador condições de mobilidade, comunicação, conforto e outros atrativos que hoje estão na cidade. Difícil uma receita, mas, certamente, a educação e formação do novo trabalhador rural são essenciais. Talvez seja essa uma grande missão para os engenheiros agrônomos, mas, é bom lembrar, nada acontece fora da sustentabilidade do agronegócio.

*Ondino Cleante Bataglia é engenheiro agrônomo da Conplant Consultoria, secretário-executivo da Agrisus e ex-diretor-geral do IAC



FOTO: DIVULGAÇÃO



Associação de Engenheiros Agrônomos do Estado de São Paulo
http://www.aeasp.org.br
Filiada à Confederação das Associações de Engenheiros Agrônomos do Brasil

Agrônomo

Órgão de divulgação da Associação de Eng. Agrônomos do Estado de São Paulo

GESTÃO PARA O TRIÊNIO 2018 – 2021

DIRETORIA EXECUTIVA

Presidente João Sereno Lammel

- 1º Vice-Presidente Ângelo Petto Neto
- 2º Vice-Presidente Valdemar Antonio Demétrio
- 1ª Secretária Ana Meire Coelho Figueiredo
- 2ª Secretária Tais Tostes Graziano
- 1º Tesoureiro Tullio Teixeira de Oliveira
- 2º Tesoureiro Celso Roberto Panzani
- Diretor Arlei Arnaldo Madeira
- Diretor Guilherme Luiz Guimarães
- Diretor Henrique Mazotini
- Diretor José Eduardo Abramides Testa
- Diretor Nelson de Oliveira Matheus Júnior
- Diretor Pedro Shiguero Katayama

CONSELHO DELIBERATIVO

- Aldir Alves Teixeira
- Antonio Batista Filho,
- Antonio Roque Dechen
- Arnaldo Antonio Bortoletto,
- Cristiano Walter Simon
- Daniel Antonio Salati Marcondes
- Décio Zylbersztajn
- Fernando Gallina,
- Gisele Herbst Vazquez
- Glauco Eduardo Pereira Cortez
- Ivan Wedekin
- Luís Roberto Graça Favoretto,
- Luiz Antonio Pinazza
- Luiz Mário Machado Salvi
- Marcos Fava Neves

CONSELHO FISCAL TITULARES:

- Celso Luís Rodrigues Vegro
- Diógenes Kassaoka
- Renata Íride Longo

Suplentes:

- Cássio Roberto de Oliveira
- Luís Alberto Bourreau
- Luiz Henrique Carvalho

JORNAL DO ENGENHEIRO AGRÔNOMO

CONSELHO EDITORIAL

- Ana Meire C. Figueiredo,
- Ângelo Petto Neto,
- João Sereno Lammel,
- José Eduardo A. Testa,
- Tais Tostes Graziano

Coordenação:

- Nelson de Oliveira Matheus
- Tullio Teixeira de Oliveira

Secretária

Alessandra Copque

Jornalista Responsável:

Adriana Ferreira (MTB 42376)

Produção:

Acerta Comunicação

Revisão:

Verônica Zanatta

Diagramação:

Iara Spina

Projeto Gráfico:

Janaina Cavalcanti

Foto da Capa:

Istock

Tiragem

3 mil exemplares

Os artigos assinados e opiniões expressas nas matérias e entrevistas deste veículo não refletem necessariamente os posicionamentos da Associação de Engenheiros Agrônomos do Estado de São Paulo.

Força-tarefa de herbicidas hormonais

Por

*Tullio Teixeira de Oliveira

No artigo anterior, narramos sobre o efeito da deriva do 2,4-D e de outros herbicidas hormonais em culturas sensíveis no Rio Grande do Sul. Mas ficou um suspense no ar. Afora as exigências estabelecidas por instruções normativas da Secretaria da Agricultura, a Promotoria Pública criou um fundo compensatório de R\$ 6,5 milhões para que as empresas cadastrantes de 2,4-D no Estado custeassem a compra de equipamentos meteorológicos, a análise de resíduos e a implantação de um sistema computacional de controle para auxiliar Fepam e Seapdr a monitorar a situação.

A par da boa intenção da Promotoria, não nos parece legítimo o Ministério Público ter tomado essa atitude. O custeio desses equipamentos e serviços claramente é do Poder Executivo, com recursos de impostos, taxas e multas, que inclusive as empresas envolvidas nesse caso já o fazem. Não somos especialistas nessa matéria, mas, por simples bom senso, parecemos razoável o MP fazer pressão sobre aqueles órgãos executivos para cumprirem suas obrigações.

Entretanto, não houve insurgência por parte das empresas. Coube a cada empresa um montante proporcional às suas vendas no Rio Grande do Sul, de acordo com dados da Secretaria da Agricultura. Algumas negociaram trocar o numerário por outros serviços e outras simplesmente depositaram suas partes na conta indicada pela Promotoria.

Não há departamento jurídico nessas empresas? Sim, mas a pressão sobre os agrotóxicos tem sido tão intensa, quase terrorista, que elas recuaram. E mais: uma pressão comandada nacionalmente pelo próprio MP, órgão que deveria defender os negócios legalmente instituídos, pautados em leis, decretos e, nesse caso, em uma infinidade de portarias, instruções normativas, resoluções, etc.

Foi uma decisão estratégica das empresas ou ficaram com medo de retaliações? Não importa, o fato é que passaram ao largo dos seus direitos e atenderam resignadamente ao comando ditatorial daquela autoridade. Episódio triste, que fazemos questão de deixar registrado

A par disso, 23 empresas constituíram uma força-tarefa para cumprimento das Instruções Normativas da Secretaria da Agricultura. As reuniões dessa força-tarefa foram realizadas na Aenda e ficou resolvido que esta última fosse contratada para realizar as atividades administrativas, tais como elaboração de contrato e efetivação das decisões.

A força-tarefa decidiu criar um folheto técnico-educativo para ser anexado pelas empresas e seus distribuidores às notas fiscais de vendas aos produtores rurais. Ele resume instruções técnicas de aplicação, em especial voltadas para a mitigação de deriva dos produtos hormonais 2,4-D, fluroxipir, triclopir, dicamba, MCPA e picloram. Além disso, traz uma chamada aos

agricultores para acesso a um vídeo instrutivo, no site www.aplicacaosegura.agr.br.

O vídeo é um programa de educação e treinamento com orientações on-line aos produtores, aplicadores e demais usuários sobre a correta e segura aplicação dos produtos hormonais no Rio Grande do Sul.

Explica que os herbicidas hormonais são aqueles que apresentam mecanismo de ação do grupo químico das auxinas sintéticas, às quais interferem no crescimento das plantas. Mostra, com animação, as orientações técnicas. Nesse formato, o entendimento é facilitado. Chama a atenção para os cuidados relacionados à condição climática; instrui quanto ao uso dos equipamentos de aplicação; insiste em outros detalhes para maior segurança na manipulação e aplicação dos produtos; e relembra a destinação correta das embalagens vazias.

A força-tarefa também fará frente às exigências da Reavaliação do 2,4-D realizada pela Anvisa. Como nem todas as empresas estão nessa força-tarefa, entendemos ser imperativo citar as participantes, até o momento:

Adama	Alamos	Albaugh	Allier
Alta	Ameribras	Biorisk	BRA
CAC	CCAB	CHD'S	CropChem
Helm	Ihara	Nortox	Nufarm
Ouro Fino	Prentiss	Rainbow	Solus
STK-Stockton	Tecnomyl	UPL	

**Tullio Teixeira de Oliveira é engenheiro agrônomo e diretor-executivo da Aenda www.aenda.org.br / aenda@aenda.org.br





FOTO: DIVULGAÇÃO

Uma ponte entre o agro brasileiro e o mundo

Promoção do agronegócio e abertura de novos mercados são algumas das atribuições dos adidos agrícolas

Por Adriana Ferreira e Caroline Rodrigues

Eles têm a missão de mostrar ao mundo quanto o Brasil é o país do agronegócio e um modelo de excelência. Mas quem são e quando surgiram os adidos agrícolas? Segundo o Michaelis – Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa, adido é “um funcionário agregado à embaixada ou legação de seu país no exterior cuja missão é tratar de assuntos importantes para o intercâmbio entre os dois países”.

Comumente, no Brasil, tínhamos adidos culturais e militares. Em 2010, passamos a ter o adido agrícola, uma figura que desponta no cenário político e econômico de forma a contribuir para o desenvolvimento do agronegócio no país.

O surgimento desse personagem para as exportações brasileiras era uma demanda antiga do setor. Afinal, desde a década de 1970, a agropecuária brasileira passa por um processo evolutivo, fruto de um trabalho conjunto entre governo, setor privado e acadêmicos.

A nova fase da agricultura propiciou reformas estruturais na representação e defesa do agronegócio no Brasil e no cenário internacional. Com esse pano de fundo, após o então ministro da Agricultura e Abastecimento (Mapa) Roberto Rodrigues dedicar-se à causa, o então presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou o Decreto-lei nº 6464, em 27 de maio de 2008.

Fruto de um longo período de negociações entre o Mapa e o Ministério das Relações Exteriores (MRE), o decreto estabeleceu normas e diretrizes para a atuação dos adidos agrícolas nas missões diplomáticas brasileiras no exterior.

Já à época, havia a preocupação sobre a linha tênue entre a atuação dos adidos e o trabalho dos membros do MRE. Afinal, ao mesmo tempo em que têm de focar nas questões agrícolas, os adidos não podem se eximir de temas ligados indiretamente ao campo.

Décio Zylbersztajn, engenheiro agrônomo com mestrado e Ph.D. em Economia (North Carolina State University) e mestre em Economia Agrária (Universidade de São Paulo), acompanhou por muitos anos o pleito de lideranças do agro sobre a necessidade dos adidos agrícolas.

Como um dos fundadores do Pensa-USP – Centro de Conhecimento Avançado em Agronegócio ligado à Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade (FEA), da USP –, foi ele quem elaborou o tema nos debates realizados e defendeu a necessidade dos profissionais atuantes como balizadores para a elaboração de políticas públicas e estratégias empresariais.

“Durante as negociações dos acordos comerciais internacionais, o Brasil sentiu falta de profissionais que pudessem atuar ao lado do corpo diplomático, com conhecimento específico sobre agricultura”, lembra o professor, que, em 2018, recebeu a láurea de Engenheiro Agrônomo do Ano, concedida pela AEASP na premiação da Deusa Ceres.

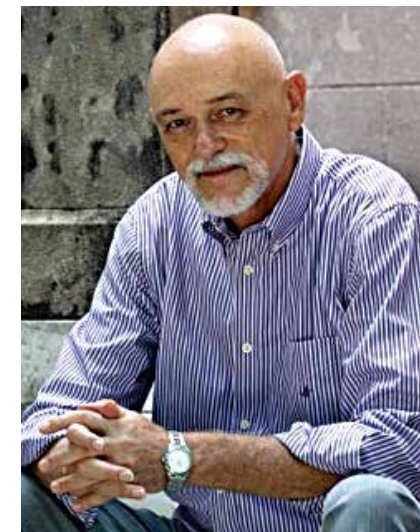
Mais que especialista

Os adidos agrícolas são servidores do Mapa nas embaixadas do exterior. Atualmente, estão lotados em 19 países para representar o ministério nos postos diplomáticos.

Eles têm como função defender os interesses do Brasil nos países em que estão lotados, identificar oportunidades de exportação para produtos nacionais, abertura e manutenção de mercados.

Em seu escopo profissional, devem ser capazes de antecipar-se às mudanças constantes nas exigências dos países importadores de produtos agrícolas e de responder, de forma rápida e tecnicamente consistente, aos vários questionamentos feitos pelos parceiros comerciais do Brasil.

“Além disso, eles ajudam a cuidar da imagem do Brasil e do agro brasileiro naquele país, pois têm de estar



Décio Zylbersztajn foi um dos defensores da criação do cargo de adido agrícola no Brasil

FOTO: DIVULGAÇÃO

a par das notícias e enfrentar possíveis críticas aos nossos produtos. Os adidos são responsáveis pelo repasse de informações e pela produção de análises sobre os mercados para produtos agrícolas nas regiões em que se encontram. Ademais, envolvem-se em negociações comerciais, sanitárias e fitossanitárias”, explica Andressa Beig Jordão, coordenadora-geral de Gestão dos Adidos Agrícolas, ligada à Secretaria de Comércio e Relações Internacionais do Mapa.

A atual coordenadora é engenheira agrônoma, piracicabana, formada pela Faculdade de Ciências Agrárias e Veterinárias da Unesp Jaboticabal e assumiu a posição em abril deste ano. Ela destaca o desafio de o adido agrícola chegar a um país e assumir em uma embaixada.

Uma das atuações da coordenadoria é quando o adido precisa acessar mercados, pois atua como ponte para encaminhar e fazer a aproximação com a Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex-Brasil), ligada ao Ministério das Relações Exteriores. “Quando já temos representante da Apex no país em que o adido está, é melhor. Mas, quando não, eles precisam muito da nossa interlocução. Nesta gestão, a Apex e o Itamaraty estão muito próximos para evitar contradições no discurso”, resalta Andressa.

Para Rodrigo C. A. Lima, sócio-diretor da Agroicone, empresa especializada em comércio internacional do agro, o profissional precisa reunir as habilidades técnicas às políticas. “Na prática, o profissional vai negociar a abertura de mercado, o possível levantamento de barreira, a missão veterinária que vai visitar o Brasil. Portanto, precisa adquirir conhecimento não só na área técnica dele, pois há uma mescla do técnico com o político. Respeitando as atribuições do Itamaraty, informalmente, eu chamaria o adido de ‘um diplomata da agricultura brasileira’”.

Lima ressalta que, em sua visão, a atuação dos adidos e dos representantes do Itamaraty é complementar. “Há uma cooperação muito grande entre o adido e a representação diplomática brasileira no exterior. O Itamaraty é a ponte da relação entre os países, mas a questão técnica é responsabilidade dos adidos, profissionais especializados”, comenta o consultor.

Resultado em pouco tempo

O trabalho dos adidos é relativamente novo, mas já registra avanços significativos. Segundo Andressa, a atuação de um adido colaborou para o acordo firmado entre Mercosul e União Europeia, depois de 20 anos de discussão. “Ter alguém *in loco* é muito



Rodrigo C. A. Lima, sócio-diretor da Agroicone, diz que o adido precisa reunir habilidades técnicas e políticas

FOTO: DIVULGAÇÃO



A ministra Tereza Cristina posa ao lado dos adidos no 1º Encontro dos Adidos Agrícolas do Brasil, promovido pelos ministérios da Agricultura e das Relações Exteriores e pela Apex

FOTO: DIVULGAÇÃO

importante, pois o acordo é fruto de um processo negociador”, comemora.

Colher relatos dos desafios dos adidos em seus postos no exterior, discutir estratégias de negociações internacionais, promoção comercial e atração de investimentos e internacionalização das empresas brasileiras foram alguns pontos discutidos no 1º Encontro dos Adidos Agrícolas do Brasil, promovido em setembro pelos ministérios da Agricultura e das Relações Exteriores e pela Apex.

Porém, o destaque foi a rodada de conversa com o setor privado. “Tivemos mais de 250 demandas de entidades do agro, para resolver problemas e demandas nos países em que os adidos estão lotados. A Apex também trouxe representantes de alguns países. Isso ajudou os adidos a esclarecerem questões com os representantes da Apex nessas localidades”, comenta a coordenadora, ao mencionar o resultado da aproximação inédita, que, inclusive, contou com a presença da ministra da Agricultura, Tereza Cristina.

Em pouco tempo, é notória a vantagem que a atuação dos profissionais proporciona ao agronegócio.

“Os adidos agrícolas têm uma importância fundamental hoje, não só para as ações do Mapa, como para as

do Brasil em geral. Com esse projeto, passamos a ter profissionais com conhecimento técnico diferenciado nas embaixadas para ampliar a participação do Brasil no agronegócio internacional”, destaca o coordenador-geral de Temas Sanitários e Fitossanitários (CGSF), Leandro Diamantino Feijó.

A detecção de um caso atípico de EEB, doença popularmente conhecida por vaca louca, em um abatedouro no Mato Grosso, foi um bom exemplo da atuação dos adidos agrícolas e do amadurecimento do Mapa como um todo. Logo após a confirmação da doença por análise laboratorial, todos os adidos receberam informações técnicas do Ministério e instruções de como agir junto às autoridades sanitárias de cada país.

“A atuação dos adidos foi fundamental para que nós conseguíssemos desenvolver as ações necessárias e de maneira rápida e precisa”, conta Feijó.

O diretor da Agroicone reforça o papel desses profissionais. “Em um exemplo hipotético, se eu tiver um problema com certificado sanitário numa cidade da China que não tenha representação diplomática, até se iniciar uma conversa já passou uma semana. É importante ter um especialista que conheça as regras, saiba com

quem falar, transite com as autoridades locais, com o setor privado e consiga fazer a conexão com o Brasil. Se vai ter uma missão brasileira no local, o adido tem de sugerir a entrada de temas na agenda que sejam oportunos naquele país.”

E o professor Décio Zylbersztajn sintetiza a atuação dos adidos como geradora de importantes ações nos campos da tecnologia, dos mercados com potencial impacto no desenho das políticas públicas e das estratégias setoriais e corporativas.

Mudanças e desafios

Conforme a coordenadora-geral de Gestão dos Adidos Agrícolas, nesses quase dez anos, as mudanças no dinamismo do comércio agrícola internacional impactaram diretamente o trabalho do adido agrícola. Por isso, ele precisa estar muito atento às mudanças que ocorrem no mundo, do ponto de vista das negociações de produtos agrícolas entre os países. Um exemplo é o possível acordo entre os EUA e a China, que pode impactar as exportações de produtos agrícolas.

Para potencializar a ação desses profissionais, o professor da ESALQ-USP sugere a criação de canais de fluxo continuado de informações nos dois sentidos.

Novo processo seletivo

Em dezembro deste ano, será concluído o processo seletivo que incorporará seis novos adidos. Assim, o Brasil encerrará 2019 com 25 adidos lotados em 23 países. Por conta da grande demanda, China e Bélgica (União Europeia), que hoje contam com um adido cada, terão dois profissionais.

Para participar do processo seletivo, o candidato deve estar em exercício no Ministério da Agricultura e ser servidor público federal ou empregado público ocupante de cargo efetivo. O mandato do adido é de dois anos e pode ser prorrogado por mais dois.

Segundo Décio Zylbersztajn, o adido deve ser fundamentalmente um observador do ambiente econômico, social, tecnológico e político, e capaz de identificar tendências e ameaças ao fluxo de comércio e relações internacionais que envolvam o agro.

“Enquanto atuação profissional, os

adidos deveriam manter o perfil técnico. Como cidadãos, somos seres políticos também, porém não vejo esta como sendo a função desse profissional”, diz o professor da USP, que teve relacionamento com gerações de adidos agrícolas de diferentes países, em especial da Holanda, que atuaram no Brasil. “Aprendi com o modelo holandês, que tem características peculiares. Os profissionais costumam iniciar a função ainda jovens, circulam por vários países e, ao final da carreira, po-

dem retornar para o mercado como profissionais com funções estratégicas no setor privado ou no governo.”

A faixa etária dos adidos agrícolas é de 40 anos, são casados e geralmente vão com a família para os países em que atuam, e precisam estudar muito. “A experiência dos adidos faz com que eles, ao retornarem para a carreira tradicional, se tornem profissionais mais qualificados e hábeis para trabalhar em cargos mais elevados”, acrescenta Rodrigo Lima.

Na visão do sócio da Agroicone, “quanto mais cargos de adidos, melhor para o país”. “Claro que não precisamos ter um adido para cada país, mas acho que estamos em um caminho bom.”

Lima alerta ainda que “devemos estar com o radar ligado, pois a grande demanda de alimentos do mundo já vem e virá cada vez mais forte do Sudeste Asiático”, por isso é importante que os profissionais interessados em fazer carreira como adido aprendam o idioma mandarim. 🐼

Quem são e onde estão lotados os 19 adidos

- Maria Eduarda de Serra Machado** – Bangkok (Tailândia)
Médica veterinária formada pela Universidade Federal Fluminense.
- Priscila Rech Moser Pinto** – Buenos Aires (Argentina)
Formada em Medicina Veterinária. Além de gestão pública, possui experiência em empresas multinacional, laboratório agropecuário e agronegócio.
- Cesar Simas Teles** – Cairo (Egito)
Graduado em Engenharia Agrônoma pela Universidade Rural do Rio de Janeiro e mestrado em Ciência e Tecnologia de Alimentos pela Universidade Federal de Viçosa. cursou doutorado em Engenharia Agrícola pela Feagri/Unicamp.
- Marcus Vinicius Segurado Coelho** – Bogotá (Colômbia)
Graduado em Agronomia com mestrado em Fitopatologia pela Universidade de Brasília.
- Tiago Charão de Oliveira** – Hanói (Vietnã)
Graduado em Ciências Habilitação Química (Licenciatura) pela Universidade Luterana e doutorado em Química pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- Gustavo Bracale** – Jacarta (Indonésia)
Formado pela Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (ESALQ-USP) e especialista em Relações Internacionais pela Universidade de Brasília.
- Bivanilda Almeida Tápias** – Cidade do México (México)
Engenheira agrônoma formada pela
- Universidade de Viçosa (UFV-MG).
- Luís Henrique Barbosa da Silva** – Missão Permanente junto à OMC, em Genebra (Suíça)
Engenheiro agrônomo formado pela UNB e bacharel em Direito pelo Centro Universitário de Brasília (Uniceub). É mestre em Direito Internacional Econômico Europeu pela Universidade de Maastricht, da Holanda.
- Guilherme Antonio da Costa Junior** – Bruxelas (Bélgica) – Missão Permanente junto à União Europeia. Formado em Medicina Veterinária, foi o primeiro brasileiro eleito à presidência do Códex Alimentarius.
- Cosam de Carvalho Coutinho** – Moscou (Rússia)
Engenheiro agrônomo graduado pela Universidade Federal da Bahia (UFBA).
- Dalci de Jesus Bagolin** – Nova Délhi (Índia)
Formado em Agronomia e mestrado em Defesa Vegetal pela Universidade Federal de Viçosa.
- Luciana Pimenta Ambrozewicz** – Ottawa (Canadá)
Engenheira agrônoma formada pela Universidade Federal de Viçosa com mestrado em Fitopatologia pela UFV e doutorado em Genética e Melhoramento de Plantas pela ESALQ.
- Jean Carlo Cury Manfredini** – Pequim (China)
Médico veterinário formado pela Universidade Federal de Lavras.
- Jesulindo Nery de Souza Junior** – Pretória (África do Sul)
Engenheiro agrônomo pela Universidade de Brasília e bacharel em Direito pelo Centro Universitário do Distrito Federal. É mestre em Direito das Relações Internacionais pelo Centro Universitário de Brasília (UniCeub).
- Nilson Cesar Castanheira Guimarães** – Rabat (Marrocos)
Graduado em Agronomia pela Universidade Federal de Lavras com período de ‘graduação sanduíche’ na Clemson University South Carolina e mestrado em Agroquímica pela Universidade Federal de Lavras.
- Marcel Moreira Pinto** – Riade (Arábia Saudita)
Graduado em Engenharia Agrônoma pela Universidade de São Paulo e graduando em Administração pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná.
- Gutemberg Barone de Araújo Nojosa** – Seul (Coreia do Sul)
Doutorado em Fitopatologia – Agronomia pela Universidade Federal de Lavras (UFLA), é assessor no Gabinete da Secretaria de Relações Internacionais do Agronegócio.
- Marcelo de Andrade Mota** – Tóquio (Japão)
Graduado em Medicina Veterinária pela Universidade Federal de Viçosa e doutorado pelo Instituto de Ciências Biológicas da Universidade Federal de Minas Gerais.
- Luiz Claudio de Santana e Caruso** – Washington (EUA)
Economista com especialização em Gestão do Agronegócio.

Câmara Especializada em Agronomia recebe diretora da Cetesb

A engenheira agrônoma Zuleica Perez destacou a agronomia na área ambiental



FOTO: COMUNICAÇÃO CREA-SP

A reunião ordinária realizada em 24 de outubro na Câmara Especializada de Agronomia (CEA) do Crea-SP contou com a visita da diretora de Controle e Licenciamento Ambiental da Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (Cetesb), engenheira agrônoma Zuleica Maria de Lisboa Perez.

Em sua palestra, ela defendeu uma abordagem interdisciplinar para os temas ligados ao meio ambiente. “O avanço da inserção da agronomia na área ambiental é um ponto que a gente sempre vem discutindo: recursos hídricos, saneamento, mineração, energia e meio ambiente devem estar juntos porque é uma questão de desenvolvimento do Estado”, disse.

Graduada pela Escola Superior de Agronomia de Paraguaçu Paulista, a diretora da Cetesb destacou temas do programa de governo estadual, ressaltando que “a infraestrutura só pode estar acompanhada da questão ambiental”.

Ela comentou sobre a unificação de três pastas para a formação da Secretaria da Infraestrutura e Meio Ambiente, o licenciamento ambiental, a melhoria da qualidade do Rio Pinheiros e os resíduos sólidos. “A demanda do governador é para que o Estado saia do tópico dos aterros sanitários e use novas tecnologias”, disse.

Zuleica foi coordenadora de Abastecimento na Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo e, na Secretaria do Meio Ambiente, atuou como coordenadora de Planejamento e Educação Ambiental.

“O que estamos trazendo para vocês aqui é uma oportunidade para vermos no que podemos trabalhar juntos, qual a sugestão do Crea-SP, que, além de tudo, tem o papel de capacitar”, afirmou.

Saiba mais sobre a entidade em: <https://cetesb.sp.gov.br/>



Novo estatuto da AEASP é aprovado

Documento está em consonância com a nova realidade das associações

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada no dia 24 de outubro, a AEASP aprovou as alterações de seu estatuto. A revisão do documento foi realizada por uma comissão formada pelos engenheiros agrônomos Fernando Gallina (coordenador), Ana Meire C. Figueiredo, Arlei Arnaldo Madeira, Celso Panzani e Henrique Mazotini, que iniciaram o trabalho em setembro de 2018. No total, foram realizadas cerca de 20 reuniões. “Foram cerca de 60 horas de trabalho, sem contar o tempo dedicado às discussões paralelas, consultas a outros colegas. Foi um trabalho muito gratificante que permitiu ao GT revisar, questionar e propor novas abordagens para os principais tópicos do estatuto”, explica Gallina.

Segundo o coordenador, até a aprovação final na Assembleia, foram cumpridas as fases de consulta e aprovações intermediárias, nas quais o grupo de trabalho recebeu contribuições de outros membros da administração e de associados.

Para Gallina, as mudanças do estatuto estão alinhadas com a atual realidade da associação. “Acredito que modernizamos o estatuto. Criou-se uma hierarquia de atribuições, mais espaço e autonomia para tomada de decisões, incluindo claras responsabilidades para as diretorias. Isso deverá retornar para os associados na forma de mais agilidade e simplificação e melhorias na gestão da AEASP”, conclui o coordenador.

RESUMO DAS MUDANÇAS PROPOSTAS

- “Estatuto Social” substitui “Estatutos Sociais” - usar no singular;
 - Define que a AEASP congrega engenheiros agrônomos. Removido o foco de “Outros profissionais de Ciências Agrárias de nível superior”;
 - Inclusão de artigo específico declarando a missão da AEASP;
 - Simplificação, redução no número, nova redação dos objetivos da AEASP;
 - Conformidade com as necessidades do sistema Confea/Crea e Mutua para obtenção dos recursos por PTAs e outros;
 - Revisão das categorias de associados: (i) Junção das categorias Beneméritos e Honorários numa única – Honorário; (ii) Mudança nas definições da categoria Remido e Junior; (iii) revisão de direitos e deveres;
 - Maior detalhamento sobre patrimônio, receitas e despesas;
 - Adequação do capítulo “eleições” à proposta de governança; eleições em outubro, posse na primeira quinzena de dezembro e funções assumidas, efetivamente, em 1º de janeiro do ano seguinte
- às eleições; somente uma reeleição para presidente e vice; estabelecidas cláusulas de transição;
- Revisão geral e significativa no capítulo dedicado à Governança é a principal mudança:
 - ✓ “Governança” substitui “Administração”
 - ✓ Assembleias Gerais, Conselho Deliberativo, Conselho Fiscal e Diretoria Executiva são órgãos obrigatórios da governança; Conselho Consultivo e Delegacias Regionais são órgãos facultativos e prerrogativas do presidente da diretoria. Executiva;
 - ✓ Hierarquia nas atribuições e competências do presidente do Conselho Deliberativo e do presidente da Diretoria Executiva;
 - ✓ Diretorias com designação específica e atribuições definidas e seus diretores escolhidos pelo presidente da diretoria. Executiva (e não eleitos na chapa);
 - ✓ Descrição das atribuições e competências para todos os Órgãos e Agentes de Governança.

Crea-SP visitou o AgTech Garage em Piracicaba

Parque de inovação tecnológica é voltado ao agronegócio

Em 7 de outubro, o presidente do Crea-SP, engenheiro Vinicius Marchese Marinelli, visitou, em Piracicaba, as instalações do AgTech Garage, um dos principais hubs mundiais de inovação do agronegócio.

Na visita ao Parque Tecnológico Piracicaba, o presidente foi recebido pelo CEO da companhia, José Tomé, e pelo integrante da rede de mentores da AgTech Garage, Marcos Valentini.

Também integraram a comitiva o gerente regional engenheiro Carlos Consolmagno; o coordenador adjunto do Grupo de Trabalho Cadastro Ambiental Rural, engenheiro agrônomo Denis Storani, e o inspetor do Crea-SP em Piracicaba, engenheiro Guilherme Del Nero.

Na ocasião, o grupo discutiu a aproximação do Conselho com o celeiro de tecnologia voltada ao agronegócio e os consequentes esforços para levar inovação tecnológica às empresas e aos profissionais registrados.

Em parceria com outros líderes nos seus segmentos, o AgTech Garage promove a conexão entre grandes empresas, startups, produtores, investidores e academia, entre outros atores do ecossistema de inovação e empreendedorismo, para desenvolver soluções tecnológicas que aumentem a sustentabilidade e a competitividade do agronegócio brasileiro.

Fonte: Departamento de Comunicação do Crea-SP
Colaboração: Estagiária Ana Soares





Marly Teresinha Pereira

A engenheira agrônoma e professora é uma das maiores especialistas em extensão rural e agricultura familiar do país

Por
Sandra Mastrogiacomio

Marly Teresinha Pereira nasceu em Piracicaba (SP) e se considera “caipiricabana” e “filha da ESALQ”, pois, quando nasceu, seu pai Adherval Pereira, ainda era estudante de agronomia da instituição. Dele, se recorda com carinho. “Meu pai se formou em 1950 e a vida toda trabalhou na Cati, desde agrônomo das Casas de Agricultura a delegado agrícola e assessor de gabinete dos coordenadores Rhames Elias e Carlos Santos Cortes. Ano que vem comemoro 50 anos de formada. Ele, se fosse vivo, comemoraria 70 anos de formado.”

A professora conta que já morou em vários municípios do Estado, mas, em 1982, voltou para a terra natal e de lá nunca mais saiu. Formada pela ESALQ-USP em 1970, é mestre em Economia Agrária e doutora em Estudo das Sociedades Latino-Americanas pela Universidad ARCIS – Artes y Ciencias Sociales, em Santiago do Chile, e especialista em Políticas, Programas e Projetos de Desenvolvimento Rural – Proclapan/FAO/Italia. Ela faz questão de destacar que teve como orientador, durante o doutorado, o ex-ministro de Agricultura no governo de Salvador Allende e professor da Sorbone Nouvelle Paris III, Jacques Chonchol.

Do tempo em que trabalhou no Colégio Técnico Agrícola de Itapeva, na década de 1970, a engenheira agrônoma conta um fato curioso: ela teve de protelar o início das aulas porque os alojamentos onde os alunos ficariam ainda estavam em construção e as licitações para contratação de cozinheira e compra de alimentos ainda não haviam sido feitas. Sem pensar duas vezes, colocou “as mãos na massa”.

Com o apoio da prefeitura de Itapeva, conseguiu empregados alguns colchões da instituição militar Tiro de Guerra e adquiriu alimentos por meio de doações de supermercados, açougues e padarias. O leite era doado por produtores rurais. Além de professora e diretora do colégio, Marly também exerceu a função de cozinheira e coordenava os alunos mais velhos, que, organizados em equipes, a ajudavam a preparar o café da manhã, o almoço e o jantar.

Outra lembrança da professora era o caminho que fazia da cidade até o colégio. “Eu pegava carona na carroceria do caminhão dos pedreiros. Um escândalo na cidade, onde me chamavam de ‘engenheirinha’. Em meados de 1972, casei e me desliguei do Ensino Agrícola. Reencontrei meus ex-alunos, os ‘agricolinos’, na homenagem prestada à primeira turma do Colégio pela Câmara de Vereadores do hoje município de Taquarivaí e, em 2020, estaremos comemorando 50 anos de sua criação.” Em entrevista ao JEA, a engenheira agrônoma e professora fala sobre sua carreira e os caminhos da extensão rural e da agricultura familiar brasileira. Confira.

Como encaminhou sua carreira logo após a formatura?

ENa verdade, foi encaminhada antes da formatura. Em 1970, foram criados os Colégios Técnicos Agrícolas Estaduais, abrindo novo campo de trabalho para os engenheiros agrônomos. Como havia exigência de conhecimento em pedagogia, que não constava da nossa grade curricular, a diretoria da ESALQ firmou parceria com a Unimep e pudemos cursar Didática

Especial de Ensino à noite, o que nos habilitou ao concurso. Aprovada, escolhi o Colégio Técnico Agrícola de Itapeva. Como o diretor, formado em Jaboticabal, desistiu do cargo, fui nomeada para o posto, ficando com dupla função.

Entrar para a academia já estava em seus planos?

Não. Porém, com certeza, foi por meio da Extensão Rural que cheguei a ela, na atuação conjunta com a ESALQ na implementação do Plano Agrícola Municipal, no governo Franco Montoro.

A agricultura familiar ocupa lugar estratégico na política agrícola governamental em todos os níveis?

Os acontecimentos relativamente recentes indicam que não. Com relação ao governo federal, o impacto negativo começou no governo de Michel Temer, com a extinção do Ministério de Desenvolvimento Agrário, inclusão absurda no Ministério de Desenvolvimento Social, e finalmente a inclusão – também contestável – no Ministério de Agricultura, Abastecimento e Pecuária. Deixou de liberar recursos para o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Já no governo estadual, nas gestões passadas de João Sampaio e Arnaldo Jardim, a agricultura familiar foi reconhecida e privilegiada em seus programas. Hoje, o primeiro choque foi a mudança do nome da Cati para CDRS, seguida da proposição de entregar a extensão rural às prefeituras, descaracterizando totalmente as ações da extensão rural. Pelos acontecimentos, tenho a impressão de que a agricultura familiar está sendo descartada das prioridades de governo.

Como avalia as políticas públicas voltadas para o pequeno produtor?

Tanto em nível nacional como estadual, o agricultor familiar tem acesso a muitas políticas públicas, o que tem atraído pesquisadores e agentes de vários países ao Brasil para conhecê-las, em especial o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, o Pronaf. O produtor familiar, com a Declaração de Aptidão ao Pronaf, documento que o habilita a todas as políticas públicas federais voltadas para a agricultura familiar, tem acesso ao próprio Pronaf, ao benefício Garantia-Safra, ao PAA, ao PNAE, ao Ater, ao PNPB, ao PGPAF, ao SEAF, ao sistema Creditag, ao PNHR e ao PNCF.

No início deste ano, o governo de São Paulo ampliou as funções da Cati e mudou seu nome para CDRS, gerando muitas críticas. Como a senhora avalia essa mudança?

Considerando o que a Coordenadoria de Assistência Técnica Integral representou e representa para a agricultura paulista e nacional, deveriam ter programado reuniões com os técnicos e até mesmo com representantes de produtores rurais para ouvi-los sobre essa alteração. Foi um choque a mudança tão abrupta, evidentemente a reação só poderia ser de surpresa e revolta. Faltou, nesse processo, a importância de entender para intervir.

O que a senhora pensa sobre a possibilidade de se transferir todas as Casas da Agricultura para as prefeituras, deixando a CDRS apenas como órgão fiscalizador?

Já tivemos essa experiência no passado. Nos quatro anos em que conduzi o Pronaf no Estado, estive em vários muni-

cípios paulistas, participando de reuniões e palestras. Entre eles, havia alguns que estavam conveniados com o Estado, e o técnico era subordinado ao prefeito. Em nenhum desses municípios os produtores rurais elogiaram esse sistema, pelo contrário, eram muitas as críticas tanto ao desempenho do profissional como também pelo direcionamento político partidário dos atendimentos.

A Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Anater) possui recursos para a extensão rural nos Estados, mas, em São Paulo, como a CDRS é administração direta, não se encontrou mecanismo jurídico para realizar a transferência. Qual seria a solução para resolver esse impasse?

Estamos enfrentando esse mesmo problema com relação à renovação do convênio de estágios de nossos alunos da ESALQ. Caberia ao governo do Estado alterar as normas vigentes. A resolução SPG nº 31/2016 da Secretaria de Planejamento e Gestão do Estado de São Paulo estabelece que os estagiários que vão atuar nos órgãos do Estado de São Paulo serão selecionados mediante processo seletivo público unificado, a cargo do CIEE. Por essa razão, inviável a celebração de convênios de estágio com órgãos da administração direta do Estado de São Paulo (caso da CDRS).

Esse recurso faria muita diferença para o trabalho da extensão rural em São Paulo?

Com certeza. Os técnicos não podem desempenhar seu trabalho de extensão rural com carros sucateados, sem combustível, e sem apoio de colaboradores nos seus escritórios. O impacto não seria apenas para a extensão, mas também para os institutos de pesquisa.

Em que projetos a senhora tem trabalhado recentemente?

Todos voltados, evidentemente, para a agricultura familiar: a construção de um mapa da agricultura familiar do município de Piracicaba, a questão indígena no Brasil e o acompanhamento e a regularização de empreendimentos do Programa Nacional de Crédito Fundiário.

Quais foram as realizações profissionais que mais lhe marcaram?

Primeiramente, participar da criação da Escola Estadual de Primeiro Grau Paulo Luiz Valério, no bairro rural do Serrote, em Piracicaba. Foi a primeira escola rural no Brasil, criada por meio do Plano Agrícola Municipal, em conjunto com a Casa da Agricultura de Piracicaba, ESALQ-USP, Coplacana e prefeitura. Outra realização foi a implantação da Casa do Produtor Rural na ESALQ, junto com o engenheiro agrônomo Sergio Marcus Barbosa, na época do Sebrae Piracicaba. Contamos com a parceria entre o Departamento de Economia, Administração e Sociologia – ESALQ, Sebrae, Fetaesp, FEALQ, Uniata e a prefeitura de Piracicaba. Foi idealizado pela ONG Piracicaba 2010 (hoje Oscip Pira 21), por meio da Agenda 21 da cidade, como modelo alternativo de orientação técnica e extensão, diretamente ligado à pesquisa, ensino e extensão, para promover capacitação e desenvolvimento sustentável dos produtores rurais, especialmente dos pequenos. Por fim, cito a condução do Pronaf no Estado de São Paulo, a convite do então secretário estadual de Agricultura João Sampaio, e a reformulação do Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural (Cedaf).

Limites e potenciais da produção do morango

A falta de cultivares é o principal entrave para a expansão do cultivo

Por
* Sandra Mastrogiacomio



Rico em vitamina C e de sabor levemente ácido, o morango é uma das frutas mais populares e consumidas no mundo inteiro, seja *in natura* ou industrializado, na forma de iogurtes, sucos, geleias, mousses, entre outros.

A palavra morango deriva do latim “moru”, que significa “amora”. Trata-se de um pseudofruto (fruto do tipo agregado), da família das rosáceas (*Rosaceae*), a mesma da rosa, maçã, pêssago, pera e cereja. A planta herbácea é originária da Europa e típica de países de clima frio, mas hoje em dia é cultivada em várias regiões do mundo.

Na Roma Antiga, o morango era reconhecido por suas características terapêuticas e utilizado para tratar vários tipos de doenças. Porém, seu consumo só se popularizou no século 18, na França, depois do surgimento de uma espécie híbrida, a *Fragaria ananassa*, resultado do cruzamento entre a *Fragaria chiloensis*, originária do Chile, e a *Fragaria virginiana*, proveniente da América do Norte.

De acordo com a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), não existe um registro oficial sobre a data da introdução do morango no Brasil. Extraoficialmente, o

cultivo começou por volta de 1950, no município de Estiva, no sul de Minas Gerais.

No geral, a cultura é praticada em pequenas propriedades rurais, com mão de obra familiar e voltada, principalmente, para o mercado interno (a participação brasileira na exportação mundial não ultrapassa 1%).

Atualmente, o cultivo está concentrado nas regiões Sul e Sudeste, no entanto, as áreas têm se expandido por outros Estados, principalmente por causa da criação de novos sistemas de produção e de cultivares adaptadas às condições climáticas de cada região.

A produção brasileira ainda está muito longe de países como China, Estados Unidos e México, os três maiores produtores de morango do mundo. O Brasil ocupa a 54ª posição no ranking mundial (FAOSTAT, 2017).

Produção paulista

De acordo com a Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado (SAA), a cultura da fruta ocupou, em 2018, 314 hectares, em 42 municípios, com uma produção estadual de 9.786 toneladas.



Os principais municípios produtores são Piedade, Atibaia, Jundiá e Jarinu, que, juntas, respondem por mais de 50% da produção paulista.

Um dos maiores entraves do cultivo de morango está na expansão comercial da produção, um problema que atinge outras culturas e regiões do país. A engenheira agrônoma e pesquisadora da Embrapa Meio Ambiente Fagoni Fayer Calegario assinala que as questões técnico-científicas não são os principais problemas para a expansão.

“Na minha percepção, o fato de se tratar de um produto altamente perecível, sendo comercializado em um país

SÃO PAULO

ANO	ÁREA CULTIVADA (HA)
1987	803,00
1997	817,00
2007	420,61
2017	255,90
2018	425,20 (LUPA)

Fonte: Cati/IEA – Lupa – 2018

ANO	PRODUÇÃO (CAIXAS DE 4 KG)
1987	8.520.698
1997	6.295.200
2007	3.119.760
2017	2.025.609
2018	3.450.498 (estimado)

Fonte: Cati/IEA – Lupa – 2018

MUNICÍPIO	ÁREA (HA)
Piedade	180
Atibaia	39,8
Jarinu	28,9
Cabreúva	19,9
Suzano	18,5
Jundiá	16,2
Monte Alegre do Sul	14,1
Mogi das Cruzes	12,9
Socorro	11,2

Fonte: Cati/IEA – Lupa – 2018

continental, limita muito a quantidade de vendas que poderiam ser feitas. Existe demanda, principalmente em regiões de clima muito quente, por morangos de alta qualidade e segurança. Mas, no nosso país não há estrutura logística para atender a essa demanda. A refrigeração, que é a maior arma que temos para conservar frutas, hortaliças e alimentos em geral, não é utilizada amplamente no Brasil”, explica a pesquisadora.

A famigerada dificuldade para unir os pequenos produtores em associações e cooperativas, e que atinge outros segmentos da agricultura familiar, também torna mais complicada a estruturação da cadeia produtiva do morango.

“Em vários países do mundo, problemas de tecnologia pós-colheita foram solucionados. No Brasil, esse poderia até ser um nicho de mercado: produtores e vendedores se unem para ampliar a oferta de morango para todas as regiões do país. Mas é necessário desenvolver fortemente conceitos de união como: *pool* de compra e venda, cooperativismo, associativismo, modos de organização de fornecedores para viabilizar a adoção de alta tecnologia na logística e venda do morango”, explica a pesquisadora.

Outro desafio importante diz respeito à oferta de material genético. O setor ficou um bom tempo sem um programa de melhoramento genético e sem o lançamento de cultivares adaptadas às condições climáticas brasileiras.

“Sem as variedades, o produtor fica sem material para trabalhar. O material genético precisa ter resistência a pragas e doenças, ser adequado para as condições do nosso país, ser um material que tenha uma pós-colheita e conservação longa. Os produtores são os primeiros a dizer que gostariam de ter mais opções de variedades para plantar aqui no Brasil”, conta Fagoni. Para ela, esse é um dos maiores entraves para que a produção de morango no Brasil alcance todo o seu potencial.

O programa de melhoramento da Embrapa Clima Temperado foi descontinuado no fim da década de 1990 e reiniciado em 2008. De lá para cá, a ciência contribuiu de modo significativo para o aumento da produção de morango.

O engenheiro agrônomo e pesquisador em melhoramento genético Sandro Bonow é um dos responsáveis por um projeto da Embrapa Clima Temperado que está desenvolvendo uma variedade nacional adaptada, resistente a pragas e que produz frutos de qualidade.

“As variedades adaptadas às diferentes regiões produtoras, com boa produtividade, resistência a pragas, diminuição do uso de defensivos e o período estendido de



Oswaldo Maziero, produtor rural e presidente da Associação dos Produtores de Morangos e Hortifrutigranjeiros de Atibaia

FOTO: ARQUIVO PESSOAL

produção são avanços importantes para o setor”, aponta Bonow.

A falta de cultivares adaptadas e a retomada do Programa de Melhoramento Genético do Morangueiro da Embrapa Clima Temperado chamou a atenção de Sophia Fossati, estudante do último ano de Engenharia Agrônoma da Fundação de Ensino Superior de Bragança Paulista.

“Um dos problemas da cadeia produtiva do morango e que não deixa o Brasil entre os maiores produtores mundiais da fruta é a falta de cultivares adaptadas. O Programa de Melhoramento da Embrapa está buscando novas cultivares e em fase de teste dos materiais nos principais Estados produtores, inclusive na região de Atibaia, onde conta com a parceria da Secretaria de Agricultura, para testar essas seleções de morangueiro”, conta a jovem, que avalia o desempenho dessas seleções no campo em seu Trabalho de Conclusão de Curso.

Diferentes formas de cultivo

O modelo de cultivo mais conhecido é no chão, a céu aberto, com proteção de lona ou *mulching*, na qual os canteiros de morangueiro são cobertos com lonas de plástico ou material orgânico, como capim ou palha, por exemplo. Essa técnica é usada, principalmente, para proteger o solo dos efeitos da chuva e evitar o contato direto do morango com o solo, mantendo os frutos limpos.

Um sistema de produção que tem conquistado os produtores é o semi-hidropônico, ou fora de solo. Nele, o cultivo é feito em estufas altas, trazendo benefícios como diminuição do risco de pragas e doenças na planta e baixa aplicação de defensivos agrícolas, permitindo o crescimento de mudas mais saudáveis.

Outros benefícios são o controle do ambiente, ao evitar o contato direto com o frio ou calor extremo, e também no que se refere à ergonomia, já que a altura das bancadas permite que o trabalhador rural trabalhe em pé, tornando a realização das tarefas mais confortável.

Além disso, o cultivo fora de solo aumenta a produtividade. Nesse sistema, as plantas podem ser mantidas na estufa por até dois anos, sem precisar de renovação do plantio, e a colheita pode ser feita até fora da safra. No entanto, é importante observar que as plantas não produzem ininterruptamente.

“O sistema fora de solo tem sido um grande avanço. Ele está em plena expansão no Brasil e continua em desenvolvimento pelos setores de pesquisa”, conta o pesquisador.

Outro modo de cultivo que está sendo desenvolvido por meio de pesquisas é o Sistema de Produção Integrada de Morango (PIMO). Desenvolvido pela



Engenheira agrônoma Fagoni Fayer Calegario, pesquisadora da Embrapa Meio Ambiente a Embrapa Hortaliças

FOTO: LEANDRO BLOTTA

Embrapa Meio Ambiente, sob a coordenação da pesquisadora Fagoni Calegari e com o apoio de instituições de pesquisa ligadas à Secretaria de Agricultura do Estado, o programa foi implementado pela primeira vez em 2006, no município de Atibaia, a 65 quilômetros da capital paulista.

Trata-se de um conjunto de normas e técnicas modernas que reeducam o produtor rural no plantio da fruta, ao incentivar o cultivo natural, otimizando técnicas de plantio, manejo, colheita e pós-colheita, e a redução de pesticidas. Consequentemente, há diminuição dos custos de produção e da agressão ao meio ambiente, além de garantir mais segurança ao trabalhador rural e um morango mais saboroso, saudável e seguro para o consumidor, tudo isso conferido por meio de um selo indicativo de agricultura sustentável.

“Esse protocolo permite a certificação de morangos com selo “Brasil Certificado”, chancelado pelo Mapa e pelo Inmetro. Aliás, a única certificação agrícola com o selo do Inmetro vigente no Brasil”, salienta a pesquisadora.

Ela conta que o projeto foi iniciado em 2006, em Atibaia, formando uma grande rede de instituições parceiras. “Reunimos produtores, associação, prefeituras, universidades, Embrapa, extensão, empresas. Unidos, levamos as tecnologias disponíveis para o campo, ajudando o produtor a deixar o sistema convencional e adotar outro altamente sustentável. Priorizamos todos os métodos de controle físico e biológico para lançar mão do uso dos químicos somente em último caso. Até hoje, trabalhamos em conjunto, oferecendo capacitações, reuniões e debates para manutenção da certificação, que se espalhou pelo Brasil. Resta agora tornar esse selo conhecido do público, que tem mais essa opção de morango de alta qualidade”, esclarece Fagoni.

No entanto, de acordo com a Secretaria de Agricultura, o sistema mais utilizado pelos estabelecimentos produtores de morango ainda é o solo sem túnel, adotado por 98% das propriedades rurais. Em relação aos métodos de produção, ainda de acordo com a SAA, 95% dos produtores utilizam o método convencional, 4% PIMO e 1% orgânico.

Sensibilidade a doenças e pragas

O longo ciclo de produção, as condições climáticas adversas, como chuvas intensas e temperaturas elevadas, e a suscetibilidade do morangueiro a fungos são os principais fatores que causam diversas doenças e pragas.

De acordo com a Secretaria de Agricultura, as principais pragas que atingem as plantações são o ácaro rajado, o ácaro do enfezamento e o ácaro vermelho. No caso das doenças, as mais comuns são antracnose do rizoma, flor-preta, oídio, mancha-de-micosferela, mancha-de-diplocarpon e mancha-de-dendrophoma.

Segundo a Embrapa, a presença de pragas e doenças mostra o desequilíbrio do ambiente de cultivo. Nessas situações, a entidade orienta a adoção de práticas de manejo voltado para o cul-



Sandro Bonow, um dos responsáveis pelo projeto da Embrapa, Clima Temperado que está desenvolvendo uma variedade nacional que produz frutos de qualidade

FOTO: ARQUIVO PESSOAL

tivo de base ecológica. “O tipo de manejo do solo, da água, das mudas, das plantas, dos túneis e o uso de cultivares adaptadas podem determinar ou prevenir o surgimento de pragas e doenças no cultivo.”

Já a Secretaria de Agricultura orienta a utilização de mudas sadias e livres de vírus. A capacitação de produtores e a obrigatoriedade da rastreabilidade também são ações que minimizam o problema de pragas e doenças.

Terra do morango

A cidade de Atibaia é a maior produtora de morangos do Estado de São Paulo. O cultivo na região começou no fim da década de 1950, pelas mãos dos agricultores descendentes de italianos e de japoneses.

Pertencente a uma das famílias mais tradicionais da cidade, Oswaldo Maziero, produtor rural e presidente da As-

sociação dos Produtores de Morangos e Hortifrutigranjeiros de Atibaia, Jarinu e Região, conta que o cultivo de morango é uma tradição de família: seu pai plantou o primeiro pé de morangueira em 1969. Além do morango, no período de entressafra, Maziero produz milho verde, verduras e legumes.

Para o cultivo do morango, o produtor diz que utiliza um hectare em campo aberto, cerca de 80 canteiros de 100 metros de comprimento cada. “Também cultivo aproximadamente 10 mil plantas em sistema de cultivo fora de solo, trabalhando com mudas de origem nacional e importada. Em nossa propriedade, trabalhamos com três variedades: Oso Grande, Camarosa e San Andreas, com produtividade média de 800 gramas por planta. Nosso produto é comercializado no Mercado Municipal de São Paulo”, relata.

De acordo com Maziero, em média, o preço pago ao produtor rural por cada caixa de morango de 1,2 quilo é diretamente influenciado pela lei da oferta e procura, variando entre R\$ 4, no pico de safra, a R\$ 10, na entressafra. Já o custo de produção varia de acordo com o sistema utilizado: entre R\$ 4 por quilo no sistema de campo aberto e R\$ 8 para o sistema de cultivo fora de solo.

Em Atibaia, existem aproximadamente 180 produtores que cultivam em média 20 mil plantas por ciclo. As variedades de domínio nacional mais plantadas são Oso Grande, Camarosa e Festival. Já as variedades importadas, principalmente do Chile e da Argentina, são Albion, San Andreas, Monte Rey e Camino Real.

Segundo a associação, de janeiro a outubro deste ano, o volume de produção de morango atibaense chegou a 2.400 toneladas. Em relação à geração de emprego, a entidade informa que cada hectare cultivado com morango emprega cerca de dez pessoas.

Vale destacar que os produtores de Atibaia foram os primeiros a conquistarem a certificação e o direito a utilizar o selo Brasil Certificado, em 2011. Anualmente, em setembro, as principais cidades produtoras da fruta realizam a Festa do Morango. Em Atibaia, a Festa de Flores e de Morangos promoveu, em 2019, a sua 39ª edição. 🍓

Comemoração: Eventos celebram a fundação de importantes institutos de pesquisa em São Paulo

O Instituto Biológico (IB – Apta) comemorou seus 92 anos de fundação no dia 4 de novembro. A comemoração ocorreu simultaneamente com a 32ª Reunião Anual do Instituto Biológico, evento em que são discutidos temas científicos relacionados, principalmente, a sanidade animal, sanidade vegetal, pragas urbanas e proteção ambiental, além da qualidade da gestão e das análises laboratoriais. Nesta edição, foram apresentados resultados de pesquisa científica inédita do zika vírus em bovinos e vídeos desenvolvidos pelo instituto.

Ainda durante a cerimônia foi entregue a Medalha Rocha Lima, a mais importante honraria do Instituto, ao engenheiro agrônomo

Antonio Batista Filho, atual coordenador da Apta e que foi diretor-geral do IB por 15 anos, até assumir a Apta em 2018. A escolha do homenageado foi feita por meio de indicação de nomes pelos Centros de Pesquisa e posterior votação dos indicados. “Vejo esta homenagem com muito carinho por parte dos colegas. Minha vida toda trabalhei em equipe. Eu só acredito no trabalho em equipe. Então, esta homenagem é muito gratificante para mim e a divido com todos os colegas responsáveis pela carreira que tracei no Instituto Biológico”, declarou o homenageado.



FOTO: DANIEL GUIMARÃES / SAA

Batista é engenheiro agrônomo formado pela Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz” (Esalq-USP), em 1980. É doutor em Entomologia, com especialização em controle microbiano de pragas. Iniciou a carreira como pesquisador científico no Instituto Biológico (IB-Apta), local em que também foi chefe da Seção de Controle Biológico das Pragas (1991-1993), chefe da Estação Experimental de Campinas (1994-1998), diretor do Centro Experimental (1998-2003) e diretor-geral (2004-2018).

Dados que guiam as políticas públicas

Em evento realizado no dia 7 de novembro, o Instituto de Economia Agrícola (IEA-Apta) comemorou 77 anos de fundação na sede da Secretaria de Agricultura do Estado de São Paulo.

O secretário de Agricultura e Abastecimento, Gustavo Junqueira, declarou que “os institutos de pesquisa da Secretaria são o farol da inovação no agro”. “O Estado precisa ter uma visão mais de consultor e orientador e menos de executor. O IEA é o grande pensador, o grande consultor das políticas públicas, para que possamos fazer, em termos de técnicas e práticas aplicadas, ações que atendam a essa desigualdade social, a esse ‘gap’ que existe na produção e possamos levar mais tecnologias para os produtores em todas as cadeias” afirmou.

Na ocasião foi entregue o Prêmio Ruy Miller Paiva, concedido anualmente pelo IEA. Nesta edição, os premiados pelos melhores artigos científicos e técnico-científicos foram: Raquel Sachs (egressa do Programa de Pós-graduação em

Economia Aplicada da ESALQ) e Joaquim Ferreira Filho, professor do Departamento de Economia, Administração e Sociologia da ESALQ, autores do artigo intitulado “A inovação biológica e a produtividade da cana-de-açúcar no Estado de São Paulo”, publicado na Revista *Economia Agrícola*; e Pedro Soares (doutorando do Programa de Pós-graduação em Economia Aplicada da ESALQ) e Humberto Spolador, professor do Departamento de Economia, Administração e Sociologia da ESALQ, pelo artigo intitulado “Eficiência técnica da produção de soja nas unidades produtivas de São Paulo”, publicado na *Revista Informações Econômicas*.

O ganhador da Medalha Ruy Miller Paiva, na categoria “Personalidade do agronegócio”, foi o engenheiro agrônomo Rodolfo Hoffmann, graduado em Engenharia Agrônoma, mestre em Ciências Sociais Rurais, doutorado em Economia Agrária Livre Docente e Professor Titular da ESALQ. Hoffmann foi professor associado



FOTO: DANIEL GUIMARÃES / SAA

do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) de 1996 a 2012.

Hoffmann exerce atividades de docência e pesquisa voluntárias na ESALQ. Seu principal tema de pesquisa é a análise da

distribuição da renda no Brasil, atuando nos seguintes temas: Distribuição da Renda no Brasil, Econometria, Distribuição da Posse da Terra, Modernização da Agricultura e Segurança Alimentar.

Seminário sobre normas técnicas lota auditório do Crea-SP

O Crea-SP sediou no dia 30 de setembro, em seu auditório na Sede Angélica, o seminário “Avaliações e Normas Técnicas: Segurança e Qualidade dos Trabalhos”, realizado pelo Instituto Brasileiro de Avaliações e Perícias de Engenharia de São Paulo (Ibape-SP) em parceria com a entidade nacional.

As palestras abordaram temas como “A importância da norma técnica nos trabalhos avaliatórios”, “Avaliação: atividade técnica ou opinativa – os métodos, critérios avaliatórios e o valor de mercado”, e “Os impactos da aprovação da revisão das partes 1 e 3 da NBR 14.653 nas avaliações de imóveis urbanos, rurais e empreendimentos imobiliários”.

Ao longo do seminário, os profissionais foram unânimes em criticar que a existência de duas normas na avaliação de imóveis é algo impraticável e defenderam que o

trabalho deve ser feito, exclusivamente, por profissionais especializados na área de avaliações e perícias técnicas.

“Temos um problema com relação à nossa norma, que afeta diretamente os profissionais que trabalham com avaliações e perícias técnicas. A partir do momento em que o trabalho é técnico, apenas um técnico, no sentido literal da palavra, apenas quem estudou, quem tem essa habilitação, pode atuar nesse campo. As profissões são regulamentadas, existem Conselhos para fiscalizar o exercício profissional, porque essas profissões incorrem em riscos para a sociedade. A gente atua para que a sociedade continue em segurança diante de toda atividade técnica. Pessoas morrem quando problemas relacionados à nossa atividade



FOTO: CREA-SP

acontecem. Uma vida que se perde não se recupera”, ressaltou o presidente do Crea-SP, Vinicius Marchese Marinelli.

Ao término do seminário, que durou o dia inteiro, os profissionais e entidades da área de engenharia de avaliações deliberaram uma moção aprovada por aclamação.

Empresa internacional chega ao Brasil

Uma nova empresa da área de agronegócio foi lançada no dia 31 de outubro, em Brasília, em solenidade que reuniu autoridades, como os ministros do Meio Ambiente, Ricardo Salles, e da Agricultura, Tereza Cristina, e profissionais ligados ao setor.

A CropLife Brasil nasceu como resultado da junção de quatro importantes entidades, que deixaram de existir, voltadas para defensivos agrícolas: Associação Nacional de Defesa Vegetal (Andef), a Associação Brasileira das Empresas de Controle Biológico (ABCBio), a Associação das Empresas de Biotecnologia na Agricultura e Agroindústria (AgroBio) e o Conselho de Informações sobre Biotecnologia (CIB).

A nova instituição vai integrar temas como pesquisa e inovação, com o objetivo de fomentar a inovação e o uso de tecnologias na agricultura

brasileira, além de apoiar iniciativas de educação e treinamento no campo. Outro objetivo é o estreitamento do diálogo com a sociedade.

Em seu discurso, o presidente-executivo da associação, Christian Lohbauer, falou sobre a importância do agronegócio para a economia do Brasil e a necessidade de fortalecer a representatividade do segmento. “Não perdemos o que já foi feito, mas iniciaremos uma fase com atuação mais abrangente. Agora, juntando as instituições que já atuavam no setor, teremos voz e imagem

únicas. Vamos debater e trazer fatos, dados e esclarecimentos”, destacou.

Lohbauer ainda explicou que a atuação da CropLife Brasil será diferenciada por incorporar todos as tecnologias de plantas e sementes. De acordo com ele, o mercado brasileiro é o maior dessas áreas de negócios e nada mais natural que o país se evidencie como pioneiro ao assumir um compromisso ainda mais ambicioso do que as outras CropLifes já realizaram. “Somos aquela instituição que representa tudo que existe de tecnologia para o produtor usufruir em suas propriedades e nas culturas que produz. Estamos representando todas as possibilidades”, conclui.



Christian Lohbauer, presidente-executivo da CropLife, discursando em lançamento da instituição

Em defesa do agronegócio paulista

Em maio, São Paulo ganhou sua própria frente parlamentar em defesa do setor no Estado. Presidida pelo deputado Itamar Borges e pelo deputado Fernando Cury (vice), a Frente Parlamentar do Agronegócio Paulista (SP-Agro) nasceu com o objetivo de defender o setor, contribuindo com a formulação de políticas públicas e implantação de medidas necessárias para o desenvolvimento sustentável do agro paulista, além de promover a livre iniciativa, a abertura de novos negócios e investimentos. Outra missão da SP-Agro é lutar pela melhora contínua das condições de segurança no campo e da conectividade e acesso à tecnologia por parte das populações rurais.

A Frente é a maior da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (Alesp), com 70 deputados de 22 partidos e entidades representativas do setor, além de universidades, instituições de pesquisa e órgãos de apoio que desenvolvem novas tecnologias e ajudam a melhorar a competitividade de toda a cadeia produtiva do agronegócio paulista. O grupo recebe o apoio técnico do Fórum Paulista do Agronegócio, presidido por Ariel Mendes, diretor de Relações Internacionais da ABPA (Associação Brasileira de Proteína Animal).

Festejar é preciso

O mês de outubro tem um significado especial, afinal, no dia 12 de outubro, é comemorado o Dia do Engenheiro Agrônomo e, para celebrar essa importante data, associações e instituições de ensino realizam eventos comemorativos



FOTO: VANUSA FERREIRA

Associação dos Engenheiros, Arquitetos e Agrônomos da Região de Franca (AERF)

O 28º Encontro de Engenheiros Agrônomos de Franca foi realizado no dia 19 de outubro, em um almoço organizado pelos associados da AERF. Neste ano, compareceram 76 profissionais. Todos os anos, a comissão organizadora escolhe dois colegas para serem homenageados. Em 2019, os contemplados foram os engenheiros agrônomos David Sebastião Ferreira e Allan de Menezes Lima.

O evento conta com apoio de patrocinadores e parte do valor arrecadado com a venda dos ingressos é revertida em doações para instituições de caridade. Neste ano, a Santa Casa de Misericórdia de Patrocínio Paulista (SP) recebeu tecidos para lençóis.

Associação de Engenharia, Arquitetura e Agronomia de Ribeirão Preto (AEAARP)

Tradicionalmente, no feriado do dia 12 de outubro, os engenheiros agrônomos de Ribeirão Preto e região se encontram na sede da AEAARP para celebrar o seu dia.

Neste ano, a associação recebeu os associados, seus familiares e amigos com um cardápio de comida mineira, ao som de música regional. Entre os convidados, Giulio Prado e Alexandre Tazinoffo, respectivamente presidente e diretor da AEAARP, além do ex-prefeito de Ribeirão Preto Duarte Nogueira.



FOTO: DIVULGAÇÃO



FOTOS: GERHARD WALLER (USP/ESALQ) - DYCOMUN



62ª Semana Luiz de Queiroz

Em Piracicaba, a 62ª Semana Luiz de Queiroz e o Esalqshow 2019 ocorreram simultaneamente entre os dias 9 e 11 de outubro. A Semana Luiz de Queiroz é uma realização da ESALQ-USP, da Associação dos Ex-alunos da Esalq (ADEALQ) e da Prefeitura do Campus USP "Luiz de Queiroz" (PUSP-LQ).

O Esalqshow – Fórum de Inovação para o Agronegócio Sustentável é uma iniciativa da ESALQ e conta com a Fundação de Estudos Agrários Luiz de Queiroz (FEALQ) como parceira institucional, e com a organização da Araiby. Este ano, o evento debateu os "Desafios e oportunidades do agro brasileiro até 2030".

Os eventos foram promovidos até o dia 11 de outubro, culminando, no dia 12, com a reunião de congratamento dos graduados da escola, com destaque para as comemorações dos 50 anos da turma de 1969 e dos 25 anos das turmas de 1994.

A cerimônia de abertura contou com a presença de autoridades acadêmicas, políticas e empresariais, além de estudantes e funcionários da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (ESALQ-USP).

No primeiro dia também ocorreram as atividades da Cátedra Luiz de Queiroz de Sistemas Agropecuários Integrados, voltada para discussão e realização de atividades abertas à participação de professores e estudantes de graduação e pós-graduação da instituição. O titular da cadeira, Marcos Sawaya Jank, fez uma palestra sobre o tema Desafios Globais da Agricultura Brasileira.

Também foi promovida a outorga do Prêmio Novo Agro, uma parceria da Cátedra com o Banco Santander para reconhecer e valorizar as atitudes e espíritos empreendedores do produtor rural brasileiro. Foram contemplados oito profissionais de São Paulo, Minas

Gerais e Mato Grosso nas categorias inovação, sustentabilidade, empreendedorismo e mulher na gestão.

Para o Diretor da ESALQ, professor Durval Dourado Neto, os dois eventos possibilitam fomentar ações de inovação e empreendedorismo: "A nossa missão principal é fomentar iniciativas de inovação e empreendedorismo e tivemos a satisfação de contar com uma delegação chinesa que acompanhou o evento. Foi um marco do início das relações com a comunidade científica chinesa."

Gustavo Junqueira, secretário da Agricultura do Estado de São Paulo, participou da solenidade e da instalação do Gabinete da Secretaria Estadual da Agricultura e Abastecimento, transferida simbolicamente para os atos em Piracicaba.

Com informações de Adriana Cruz/Jornal da USP

4º Prêmio Internacional Ernesto Illy

O projeto colombiano Spirit of Peace Ex Combatents – Asacafé, representado por Carlos Arturo López Guarizo e Oscar Rodrigo Campo Hurtado, foi o grande vencedor na categoria Best of the Best, no 4º Prêmio Internacional Ernesto Illy, ocorrido no dia 16 de outubro, na sede das Organizações Unidas (ONU), em Nova York. O engenheiro agrônomo Dr. Aldir Alves Teixeira, representante da Illy Caffè no Brasil, e também membro do Conselho Deliberativo da AEASP, prestigiou o evento.

As colocações dos produtores brasileiros, vencedores do 28º Prêmio Ernesto Illy de Qualidade Sustentável do Café para Espresso, foram: 1º lugar para Carlos Alberto Coutinho, da região Centro-Oeste, seguido por José Pedro Marques de Araújo, das Matas de Minas, e Elmiro Alves do Nascimento, do Cerrado Mineiro.

O Engenheiro Agrônomo de 2018, Décio Zylbersztajn foi homenageado pelos 20 anos da Università del Caffè Brazil. A professora Christiane Leles recebeu a honraria em nome do professor, que não pode comparecer ao evento.



FOTOS: DIVULGAÇÃO



FOTO: ISTOCK

Ciência que alimenta o Brasil

Projeto de lei modernizará agricultura brasileira

Por *Mário Von Zuben

Gerador de uma ampla e diversificada gama de produtos agrícolas, o Brasil figura entre os principais fornecedores de alimentos, bioenergia e matérias-primas do mundo. Atualmente, é o segundo maior exportador de alimentos, podendo chegar ao primeiro lugar em pouco tempo. Posição que se justifica não apenas pela extensão territorial, pelo empreendedorismo dos produtores, mas muito também pelos investimentos em pesquisas e esforços científicos que garantiram e elevaram a produção do país até aqui.

Há um alto investimento em pesquisa e desenvolvimento de novos produtos no setor de defensivos agrícolas. Para desenvolver um novo produto, a indústria parte de um banco de 160 mil novas moléculas das quais apenas uma vai ser levada à comercialização, a um custo médio de 286 milhões de dólares. Esse longo processo passa pelo desenvolvimento de uma vasta gama de estudos científicos para garantir a segurança da saúde humana e do meio ambiente, assim como a eficácia agrônômica.

Atualmente, existem 29 novos ingredientes ativos na fila para registro no Brasil. Dos quais: 17 já estão aprovados nos EUA; 16 no Canadá; 15 já têm aprovação na Austrália; 14 já estão aprovados no Japão e na Argentina são 13 aprovações. Esses são países que possuem relevância agrícola, sistemas regulatórios bem estabelecidos e baseados em critérios científicos. E, para completar, a União Europeia, reconhecida por ser tão restritiva a essa tecnologia, já possui 14 dessas moléculas aprovadas, enquanto o produtor brasileiro aguarda.

Esses números levantam grande preocupação com a agricultura brasileira no futuro se o país continuar ficando para trás, sob o ponto de vista de adoção de novas tecnologias.

Como solução para esse gargalo, o Projeto de Lei nº 6.299 propõe a modernização da Lei nº 7.802 de 1989, que rege os defensivos agrícolas, a partir da inclusão de crité-

rios mais modernos e objetivos na avaliação dos registros de novos produtos, trazendo eficiência ao campo no intuito de continuar garantindo alimentos seguros na mesa do brasileiro. Essa necessária modernização trará previsibilidade e segurança jurídica ao processo regulatório, permitindo novos investimentos no país.

Essa iniciativa é fruto da colaboração entre produtores, órgãos governamentais, comunidade científica e agentes do setor privado. Os agricultores são os maiores interessados em endereçar essa questão, pois precisam assegurar a produtividade e competitividade da agricultura brasileira.

Defensivos agrícolas mais inovadores e modernos nas lavouras são ferramentas indispensáveis nas boas práticas agrícolas, para a saúde das plantas e a sustentabilidade da produção da agricultura tropical. 🌱



*Mário Von Zuben é engenheiro agrônomo pela Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, da Universidade de São Paulo (ESALQ/USP), e diretor-executivo da Associação Nacional de Defesa Vegetal (Andef)

Sementes de conhecimento

VIII Simpósio de Restauração Ecológica discutiu os desafios da crise ambiental

Por *Luiz Mauro Barbosa

Com 81 anos de existência, o Instituto de Botânica de São Paulo registra, em 2019, importante marco para a pesquisa científica sobre restauração ecológica, o VIII Simpósio de Restauração Ecológica, ao alcançar 30 anos de desenvolvimento de métodos, técnicas, listas de espécies e um conjunto de ferramentas que pautam as decisões da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Meio Ambiente.

O desafio da atual crise ambiental promove, no mundo, a busca por soluções para equacionar as consequências das mudanças climáticas e das perdas da biodiversidade, solos e recursos hídricos. O simpósio abordou controle, fiscalização, gestão de unidades de conservação, atividades de mineração, restauração nas pequenas propriedades, novas técnicas e desafios dos mapeamentos de alta resolução.

Esses simpósios têm como objetivo permanente superar desafios atuais da área, divulgar novos conhecimentos e informações técnicas, sempre com experiências práticas e inovadoras, viabilizar o desenvolvimento de ferramentas facilitadoras do processo de restauração ecológica e identificar subsídios, para estabelecer parâmetros facilitadores de planejamento, avaliação e licenciamento ambiental, envolvendo a constatação de obstáculos e dificuldades socioambientais, e suas soluções por meio de políticas públicas, baseadas em resultados de pesquisas científicas e em conhecimentos práticos apresentados nos eventos.

Por meio de palestras, mesas-redondas, debates, apresentação de painéis, estandes de divulgação relacionados à disponibilização de serviços e produtos, voltados à restauração ecológica, novos conhecimentos são disseminados e discutidos. Várias ferramentas foram desenvolvidas a partir de resultados de discussões ocorridas nesses eventos, tendo sido identificados parâmetros norteadores dos trabalhos de restauração ecológica.

O VIII Simpósio de Restauração Ecológica teve como enfoque a palavra “desafio”, que permeou todo o conjunto de apresentações de especialistas, movimentando os diversos setores de governo, empresas, academia, consultores, viveiristas, alunos de graduação, de pós-graduação e sociedade civil organizada. A restauração ecológica no Brasil e no mundo, áreas de mineração, sustentabilidade econômica, meto-



FOTOS: DIVULGAÇÃO



dologias de restauração e aspectos legais foram temas apresentados e discutidos em palestras e debates. Com base na pesquisa científica e nos processos socioambientais, pretende-se promover o cumprimento da legislação ambiental e de metas estabelecidas para a conservação da biodiversidade e a restauração ecológica, com sustentabilidade social.

Como já é tradição, nos dois dias que antecederam o simpósio, foram oferecidos sete minicursos sobre restauração ecológica, nos temas: Florestas Tropicais, Fauna, Educação Ambiental, Sistemas Agroflorestais, Geoprocessamento, Sementes de Espécies Nativas e Cadastro e Monitoramento dos Projetos de Restauração Ecológica do Estado de São Paulo (SARE).

Importante produto gerado foram os anais “Desafios frente à Crise Ambiental” (<https://www.infraestruturameioambiente.sp.gov.br/institutodebotanica/cerad/cerad-eventos-cientificos/>), facilitando o acompanhamento dos trabalhos para todos os interessados nos temas restauração ecológica, conservação da biodiversidade e políticas públicas para o setor.

Neste ano, houve inovação com dois eventos paralelos à programação, a exposição denominada “Circuito Científico”, com a apresentação de trabalhos desenvolvidos pelos alunos da pós-graduação do Instituto de Botânica, e a reunião do Grupo de Trabalho sobre Sementes e Mudanças, onde foram discutidas a problemática e as perspectivas da produção e demanda de mudas e sementes no Estado de São Paulo. Nessa reunião, foi elaborado o documento “Propostas para Enfrentamento da Crise de Produção de Mudanças e Sementes de Espécies Nativas”, que trata de assuntos relacionados à legislação, políticas públicas, difusão de informações e capacitação profissional, entre outros, tendo sido aprovado na plenária de encerramento do simpósio. 🌱

*Luiz Mauro Barbosa é engenheiro agrônomo e diretor do Instituto de Botânica de São Paulo

MENSAGEM DE NATAL

Que o Natal seja uma oportunidade para refletirmos sobre os ensinamentos cristãos, de amor, paz e fraternidade. Que possamos nos despir do supérfluo e entender o que é essencial.

Que a promessa de renovação, que essa data encerra, se concretize em todos os âmbitos de nossas vidas e amplie nossas esperanças e forças para a realização dos sonhos.

E que o novo ano que se anuncia inspire boas ideias e nos ofereça muitas oportunidades.

A AEASP agradece o apoio dos associados, dos parceiros institucionais, dos membros da diretoria e dos conselhos e dos colaboradores e reforça seus votos e seu compromisso com os engenheiros agrônomos.

Convidamos a todos para estarmos juntos no ano que vem, unidos em prol da agronomia e de uma agropecuária sustentável ambientalmente, socialmente e economicamente.

Feliz Natal! Feliz 2020!



FUNDAÇÃO AGRISUS agricultura sustentável

Financia projetos de:

- Educação individual (bolsas e viagens);
- Educação coletiva (eventos, publicações);
- Pesquisas técnicas, com o objetivo de melhorar a fertilidade sustentável do solo com ambiente favorável.

www.agrisus.org.br